

Município

PMDB

Ano I — Nº 1 — Órgão da Comissão de Apoio Municipal da Fundação Pedroso Horta, do PMDB.

COMUN

O município é o que há de real. O resto só existe a partir dele

ULYSSES GUIMARÃES, deputado federal, presidente do PMDB

O Município é o fato, sendo os Estados e a União construções político-jurídicas. Num País unitário, como o foi o Brasil no Império, não existem Estados e não havendo soberania, não há o Estado Nacional. Porém o Município, o lugar onde se vive, existe sempre. O Município é a realidade sensorial: é visto, é ouvido, é tocado. Cheira-se o oxigênio de suas matas ou o veneno da poluição. O cidadão necessariamente mora e trabalha num Município. É a base física da empresa e da lavoura.

O Governador vive no Município que é a Capital do Estado, é município jurisdicionado pela Câmara e pelo Prefeito. Ninguém mora senão no Município.

Sendo poderosas e palpáveis realidades geográficas e sensoriais, como subtraí-las da organização política do País? Eis aí uma das faces da abominável violência que vitima a sociedade brasileira.

No Brasil o trabalhador é fonte principal da riqueza nacional e é vítima da fome, da doença, do desemprego, é o destituído. Por igual, no Brasil os Municípios geram a economia e os impostos — neles estão as fábricas, as lavouras e os contribuintes — e pela espoliação estão arruinados e esmoleres, também são destituídos. O Município é a bolsa. Produz a riqueza e o tributo e é obrigado, como nos assaltos, a quase tudo entregar aos Estados e principalmente à União.

Isso é traição ao princípio da representatividade, legitimador da Democracia. A ordem política há de ser representativa da sociedade, sob o imperativo da Justiça e da verdade.

Como admitir que exista no Brasil Democracia representativa de suas forças e necessidades, representativa do homem, se os Municípios, como estilo ou modo de vida, significando tanto, pois neles vivem e trabalham 120 milhões de homens, mulheres, jovens e crianças, tão pouco significam ou representam na ordem política, econômica, financeira e social?

Por que surgiu o Parlamento e com ele a Democracia?

Fundamentalmente em função do princípio do "no taxation without representation", isto é, não pagar imposto sem autorização dos contribuintes, através dos representantes por eles eleitos e

removidos. Isso para evitar o dízimo, a derrama, a extorsão do dinheiro e o confisco de bens, principalmente dos pobres, pelos reis ou pelos ditadores, sob a forma de tributo. Foi a derrama que enforcou Tiradentes. De dízimo, imposto injusto, vem dizimar, arrasar. É o que acontece com o Município: está dizimado, arrasado. Portanto, não existirá Democracia material no Brasil enquanto os Municípios forem colônias da União, espoliados pelo imperialismo da derrama tributária. Eis uma das melhores definições do municipalismo: o controle local do dinheiro.

A administração municipal é transparente. O Prefeito, os Vereadores e os habitantes vêem e sentem os problemas: a rua sem calçamento ou esburacada; as enchentes; as estradas intransitáveis; a ausência, insuficiência ou contaminação da rede da água e esgotos; a precariedade de escolas e casas populares. As administrações estaduais e federal podem ser opacas, com falsas prioridades ou promocionais, como a ponte Rio-Niterói.

No Município há a Democracia direta quanto à fiscalização, feita pelo povo e pela Câmara. Pelo aplauso ou pela vaia, pelas reclamações e pressão direta, o Prefeito é vigiado, controlado, se fala no bar que ele é ladrão, dorminhoco ou incapaz, logo a notícia chega a sua casa ou ao seu gabinete. Energias ociosas não são mobilizadas a favor do homem pelo entorpecimento dos Municípios. O Governo deve estar onde está o homem e o homem está no Município.

Portanto, o Município é o fato, é o lugar, é a vida, é o lar, é a oficina, é a administração transparente e controlada diretamente pela soberania popular. Politicamente, o Município é o voto. Basicamente, ele que elege, do Prefeito ao Presidente da República, do Vereador ao Senador.

Pouco adianta choramingar, resmungar, protestar. Ninguém dá nada a ninguém. Mesmo para a mãe, símbolo de entrega e doação, vigora o lema de "quem não chora, não mama". Os Municípios devem agir, devem votar em seu benefício. A real autonomia política — eleição de Prefeitos e Vereadores em todos

Municípios; autonomia administrativa — resposta local para problemas locais; autonomia financeira — recursos próprios e suficientes, tais autonomias, reais e não formais ou mentirosas, constituem problema político. Se é político, institucionalmente é problema de voto.

Os Municípios, como o boi da surrada alegoria, não sabem a força que têm. Quem não se defende, não tem defensor, profetizou Rui Barbosa.

Partido ou candidato não comprometido com o municipalismo não terá voto. Em vez do voto suicida, o município deve ter o voto — bem-estar, para si e sua família.

O PMDB, além de seu Programa, ouve, consulta, debate com as bases, técnicos e políticos, na busca

de propostas concretas de uma efetiva política municipalista no Brasil.

O 1º Seminário Nacional de Prefeito, que a Direção Nacional, a Fundação Pedroso Horta, com competência coordenado pelo seu Presidente, Deputado João Gilberto, e pelo exemplar Prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, realizam em Joinville, Santa Catarina, é testemunho positivo de que o PMDB resgata seus compromissos, o PMDB cumpre. O Brasil é uma pirâmide, apoiada em seu vértice, que é Brasília, da qual tudo e todos dependem. A base, os 4.000 Municípios com seus 120 milhões de habitantes, estão no ar. O Brasil está desestabilizado. Urge estabilizá-lo, com a reversão da pirâmide. Essa reversão tem o nome de municipalismo. O PMDB se compromete a fazê-la.

Vencer em 82, sim. Mas também promover a organização popular

João Gilberto Lucas Coelho
Deputado Federal, Presidente
da Fundação Pedroso Horta

O processo de democratização da Sociedade Brasileira, pelo incremento efetivo da participação popular e a conquista de etapas importantes pelos movimentos sociais, vive no próximo ano mais um fato marcante. Será a manifestação eleitoral que atinge desde os cargos de Governador e Vice até a vereança das comunidades municipais.

A eleição de 1982 vai ser decisiva em vários ângulos: deverá se transformar no último plebiscito povo versus regime autoritário; será a afirmação ou o desmoronamento dos projetos partidários atuais; criará condições para as oposições exercerem poderes locais e regionais.

O processo eleitoral não pode ser visto como único caminho de luta política e de construção da vida democrática: esta passa pela organização geral do povo, pelo trabalho sindical e associativo, pelo incremento geral da participação e pela contestação mais firme do autoritarismo. A construção da vida democrática dá-se também nos campos e nas cidades, nas fábricas e universidades, nas comunidades organizadas, no avanço geral do grau de consciência e de ação do povo.

Porém, o processo eleitoral, não sendo o único, é um caminho importante, necessário, ao alcance dos que se importam pela transformação da Sociedade Brasileira.

Por isto as eleições de 1982 tornam-se momento decisivo na vida do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, a organização política capacitada para administrar a verdadeira transição democrática do País.

Haverá, naturalmente, uma polarização forte por termos pela primeira vez em quase vinte anos uma eleição direta para Governador. Todavia, não podemos perder de vista a importância do trabalho de base, da manutenção ou conquista das Prefeituras e das maiorias nas Câmaras de Vereadores.

Num momento histórico caracterizado

pela organização por baixo da Sociedade Brasileira, isto é, a sua estruturação na base de pequenas comunidades locais de alto nível participativo, com a própria organização popular, com uma efetiva prefeitura alternativa, é um dado que deve ser considerado.

Em relação às eleições de 1982, no âmbito municipal:

— Dependendo da legislação eleitoral, procurar montar um esquema que efetivamente garanta o acesso das Oposições Brasileiras ao poder municipal (entendimentos, coligações etc);

— Para os candidatos do PMDB uma seleção que aponte pessoas capazes de cumprir o programa partidário e que não repitam a triste realidade de dezenas de prefeitos eleitos pela Oposição, aproveitando-se de sua legenda popular e atraente, e que depois migram vergonhosamente para o partido governista;

— Estruturar planos de Governo, métodos de campanha e compromissos básicos a partir de um entendimento com as forças comunitárias e sociais representativas ou de ampla manifestação das bases;

— Fortalecer as eleições legislativas municipais, geralmente descuidadas, e — principalmente — procurar dar uma formação política aos candidatos a vereador que devem também representar o leque de forças sociais significativas, setores, profissões organizadas etc.

— Procurar adaptar novas técnicas de propaganda eleitoral, utilizar meios modernos adequados à realidade local sem, no entanto, exagerar nos gastos eleitorais; o Brasil atravessa uma situação difícil em que o povo notará e julgará os excessos e as manifestações de esbanjamento no processo da propaganda eleitoral.

Eis algumas idéias na direção do pleito de 1982 no âmbito municipal que consideramos tão importante como a eleição global de senadores, governadores e deputados. É a eleição municipal que vai definir o real assentamento do Partido na base e vai fortalecer o processo participativo das comunidades locais.

No programa do PMDB a defesa da autonomia para municípios

O programa partidário, nos trechos em que analisa a situação municipal, reclama uma "efetiva autonomia econômico-financeira, administrativa e política dos Estados e Municípios". Esse, portanto, é um compromisso que envolve o PMDB em todos os seus escalões e uma das principais bandeiras de luta do partido. Veja aqui o que o partido pensa sobre os municípios.

O PMDB reserva espaço para a questão municipal em dois capítulos de seu programa, defendendo, basicamente, a autonomia dos municípios e o direito das comunidades locais influírem nas decisões que afetam sua qualidade de vida. O partido defende também uma reformulação na política tributária municipal, estabelecendo que os impostos predial e territorial urbano sejam calculados sobre o valor de mercado dos imóveis.

O item "municípios" do capítulo "O PMDB e o sistema de poder" diz o seguinte:

"A Federação, violentada durante o regime autoritário, deverá ser restabelecida através da efetiva autonomia econômico-financeira, administrativa e política dos Estados e Municípios. O PMDB entende que o processo de demo-

cratização das decisões ganha importância fundamental no nível municipal. Defende, por isso, o fortalecimento dos municípios na estrutura político-administrativa. A comunidade local, através de suas associações e organizações populares, deverá influir decisivamente nas políticas que se relacionam com a qualidade de vida. Para isso será necessário transferir recursos suficientes aos municípios e dotar as comunidades locais de poderes para opinar sobre os serviços sociais básicos e para controlar sua gestão.

O PMDB considera que qualquer mudança na divisão administrativa do país, afetando os atuais territórios, municípios e estados, estará sujeita a aprovação em conta popular. Advoga, também, que as consultas para a transformação dos atuais territórios em esta-

dos deverão ser feitas no prazo mais breve possível". Já no item "A questão urbana e os municípios", do capítulo "O PMDB e a Economia", o que o partido defende é o seguinte:

"Os recursos necessários para enfrentar os problemas urbanos brasileiros devem ser reforçados mediante políticas específicas de tributação e uso do solo. Em primeiro lugar, o imposto predial e territorial urbano deve ter como base de cálculo o valor de mercado do imóvel. Em segundo lugar, as alíquotas do imposto predial devem ser progressivas em função do valor declarado do imóvel.

Em terceiro lugar, deve-se considerar como de utilidade pública, para efeito da execução de projeto de melhoria das condições de vida urbana, a desapropriação de qualquer imóvel, ainda que para a revenda, como base no valor declarado pelo proprietário, para efeito da incidência dos impostos predial ou territorial, podendo o pagamento, como no caso de desapropriação para reforma agrária, ser efetuado em títulos públicos. Em quarto lugar, cabe estabelecer alíquotas crescentes para o imposto territorial urbano nas áreas dotadas de infra-estrutura. Em quinto lugar, deve-se desestimular, mediante indenização, se necessário, e pelo tributo quando possível, a construção privada em áreas com alta densidade populacional. Em sexto lugar, é conveniente agra-

var a tributação sobre atividades industriais que sobrecarreguem ou perturbem a comunidade junto a qual se localizaram, criando um custo adicional capaz de facilitar o des congestionamento dos aglomerados urbanos. Por último, deve-se instituir modalidades especiais de contribuição de melhoria, seja na incorporação de áreas novas, seja na recuperação de áreas decadentes, de modo que os proprietários beneficiados por obra pública paguem a prazo, na proporção de suas posses e da valorização do seu imóvel, o custo efetivo das obras públicas.

Essas medidas, colocadas sob gestão municipal, constituem instrumentos fundamentais para a implantação da vida política urbana de apoio à execução de projetos destinados à melhoria de transportes de massa (tanto de superfície como subterrâneo), de controle das enchentes e da poluição ambiental. Tudo isso segundo prioridades definidas junto à comunidade, e não, como hoje, de cima para baixo.

Sendo a participação da comunidade fundamental para a formação da política urbana democrática, a contribuição de melhoria é o tributo democrático por definição. Primeiro, porque os projetos sobre os quais incidiria só podem ser da iniciativa do poder municipal. Segundo, porque, tendo como propósito a recuperação do custo do investimento, é



essencial que a comunidade beneficiada — e que também será a contribuinte — conheça o projeto, aprove a sua execução, acompanhe a sua implementação e concorde com os critérios de rateio de custos. A contribuição de melhoria envolveria, assim, um processo integrador direto entre a comunidade e os projetos urbanos, exercendo relevante papel educativo, como canal de articulação entre a população e as autoridades municipais.

O PMDB considera essencial assegurar aos moradores das favelas, mocambos e loteamentos irregulares ou clandestinos nos centros urbanos, a posse definitiva sobre os terrenos que ocupam. Além de representar um passo no sentido de maior justiça social, tal medida desestimularia a retenção de ter-

renos pelos proprietários como reserva de valor. Do mesmo modo viabilizaria a execução de programas habitacionais para atender à pobreza urbana, sem que o Estado assumisse o encargo de indenizar o proprietário pela utilização de um imóvel sobre o qual não exerceu, de fato, qualquer direito. A transformação da posse em domínio far-se-á mediante modificação no tradicional instituto do usucapião, bastando: (a) a comprovação, por testemunha e outros meios simplificados, de que ela existe há mais de um ano e (b) um requerimento ao Juízo do Registro Público por pessoa jurídica — cooperativa ou associação de moradores representando dois terços dos moradores — pedindo a transcrição do título de domínio em nome da cooperativa ou associação".

Livro mostra democracia popular de Lajes

O ex-deputado Márcio Moreira Alves foi a Lajes conhecer a experiência de administração comunitária implantada por Dirceu Carneiro e conta num livro o que viu

Márcio Moreira Alves visitou Lajes. E bastaram alguns dias de observação e papos com a comunidade e a equipe de Dirceu Carneiro para sintetizar o orgulho dos lajeanos e a prática do exercício da democracia, num livro a que chamou A FORÇA DO POVO.

A situação da maioria dos municípios brasileiros hoje é catastrófica. O sufoco a que estão submetidos, devido às limitações impostas pela Constituição Federal, repercute em todas as camadas sociais, mas fundamentalmente na camada pobre da população.

Poucos são os administradores que buscaram alternativas próprias para solucionar problemas que competem à União ou aos Estados.

É com o intuito de demonstrar a viabilidade de outras alternativas de governo que o autor relata a experiência de um município que resolveu quebrar a monotonia do convencional.

Num país acostumado à bajulação dos tecnocratas que detêm o poder sobre a população e a ela não prestam conta dos desmandos cometidos em seu nome; onde a História é a história das elites ou de seus homens representativos, onde é cultivada a ideologia da "nidade popular", base da dominação tecnocrática, Lajes aponta uma alternativa:

realiza uma prática democrática fundada num estilo administrativo em que a mobilização popular e a participação direta do povo constituem a característica fundamental. A auto-organização popular é o fundamento dessa prática administrativa, social e política. Ela reverteu o centro de decisões: não são os burocratas que decidem sem o povo o que é melhor para ele, é o povo organizado que toma a palavra através do trabalho e de suas associações de moradores de bairros urbanos, de núcleos agrícolas e de distritos.

Na agricultura, promoveu-se um programa agrícola fundado no aproveitamento intensivo da mão-de-obra e da terra. Valorizou-se a pequena propriedade, incentivando a formação de cooperativas e a utilização de recursos locais como fatores de produção.

A horticultura foi desenvolvida desde a escola até hortas coletivas, o chamado Hortão. O trabalho coletivo é diretamente subsidiado e dirigido pela Prefeitura enquanto as plantas crescem e são comercializadas. O resultado da venda é dividido entre todos, em partes iguais.

Também a fruticultura está sendo desenvolvida e diversificada, aumentan-

do consideravelmente as áreas de plantio.

O insumo utilizado para todas essas atividades é o adubo orgânico em substituição aos adubos petroquímicos, pois seu preço é sensivelmente menor e os resultados muito mais produtivos, além de transformar o lixo em riqueza.

No âmbito da rede escolar municipal, incentivou-se a participação dos pais dos alunos nas aulas. Há 100 escolas municipais, o ensino enfatiza o concreto, parte das "situações de vida" e realça o comunitário no lugar da competição. O sistema escolar é encarado dentro do conjunto de práticas de toda uma sociedade em busca de conhecimentos.

As associações de moradores de bairros urbanos, bem como os núcleos agrícolas e núcleos de distritos, funcionam como base da administração. Aí se discute o que fazer, como, e as prioridades segundo as necessidades e os recursos.

O Mutirão é a amostra de quase todas as experiências inovadoras em curso no município. O Mutirão da Habitação tem sido uma demonstração viva do quanto é possível se fazer com o mínimo de recursos. Foi criado o chamado Banco de Materiais, para onde são encaminhados tijolos, madeiras e telhas

oriundos de demolições feitas na cidade. Ativou-se olarias, e com a compra de um mínimo de material complementar iniciam-se as construções. Com esse tipo de atitude, os associados do mutirão conseguiram um milagre no preço de suas casas.

A permanência no tempo das iniciativas que incentiva é uma das preocupações constantes da equipe de Dirceu Carneiro. Não querem arar as águas do mar. Querem implantar as raízes definitivas de um processo de democracia direta, que vá criando as suas próprias lideranças, gerando os seus próprios recursos e seja, afinal, assumido de tal forma pela população que se torne impossível a sua destruição no futuro.

Em síntese, o que Márcio Moreira Alves pretende demonstrar neste livro são: a possibilidade de se administrar uma prefeitura brasileira, dentro das limitações econômicas e políticas atualmente impostas ao país; a importância da integração da população nas decisões administrativas, tanto para a busca de alternativas econômicas como para a construção de um regime democrático e participativo; e a possibilidade de se reproduzirem muitas experiências deste tipo, mesmo fora da região Sul.

Fundos e financiamentos, primeiro conhecer para depois tentar conseguí-los

As principais dificuldades para o desenvolvimento de uma administração municipal, sabemos todos, são a falta de recursos e a centralização do poder que limita a autonomia municipal. A maior independência dos municípios é uma das grandes bandeiras do PMDB, mas até que consigamos promovê-la, temos que procurar, dentro das atuais regras do jogo, os melhores caminhos para levar o bem estar às nossas comunidades. Há soluções alternativas de governos municipais, e experiências recentes demonstraram o quanto elas são viáveis, mas de qualquer maneira o Prefeito sempre esbarra na falta de recursos. Esgotadas as fontes locais, comprometidos os recursos provenientes dos impostos diretos, restam os fundos e programas de financiamento do governo.

Por isso, nossa intenção é manter, através desta publicação, nossos Prefeitos informados sobre os fundos oficiais aos quais se pode recorrer. Os que agora estão chegando ao final do mandato, certamente os conhecem. Mas, para os candidatos, estas informações poderão ser úteis.

Estes programas e fontes de financiamento aos Municípios são os mais abrangentes e variados. As informações que aqui veicularemos serão as mais elementares, mas o Prefeito que se interessar por algum programa específico, poderá entrar em contato com a COMUN para receber informações mais detalhadas e explícitas.

A) DESENVOLVIMENTO URBANO:

— Operações relativas a aplicação de recursos financeiros destinados ao aproveitamento de núcleos urbanos e a complementação da infra-estrutura básica. Nele se inclui os programas de urbanização, saneamento, transportes, equipamentos comunitários, bem como a elaboração de planos, programas e projetos.

PROGRAMAS:

1 — FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO — FDU

Financiamento concedido pelo Banco do Brasil S/A a projetos de infra-estrutura e obras urbanas, como: redes viárias urbanas e suburbanas, equipamentos comunitários, tratamento e manutenção de rios e vias navegáveis.

2 — PROGRAMA DE COMPLEMENTAÇÃO URBANA — CURA

Financiamento concedido pelo BNH, para obras e serviços de sistemas viários e seus complementos; transporte, rede de energia elétrica, iluminação pública, equipamentos comunitários de lazer, educação, saúde e comércio.

3 — FINANCIAMENTO PARA URBANIZAÇÃO — FINURB

Financiamento concedido aos Municípios pelo BNH, destinados a infra-estrutura urbana para o desenvolvimento de cidades de médio porte, nas instalações de comunidades urbanas, expansão de áreas urbanas, etc.

4 — FINANCIAMENTO PARA SANEAMENTO — FINANSA

Financiamento voltado exclusivamente para o saneamento e compreende sub-programas como REFINAG, REFINESG e FIDREN, concedido pelo BNH aos municípios, a Companhias Estaduais e Municipais responsáveis pelo programa de drenagem.

5 — APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PÓLOS ECONÔMICOS — PRODEPO

Financiamento concedido pelo BNH a Estados e Municípios interessados na implantação ou melhorias dos equipamentos urbanos de apoio aos projetos de polarização regional.

6 — INFRA-ESTRUTURA URBANA

Financiamento pelo BNDE aos estados e municípios, abrangendo infra-estrutura de armazenagem e transporte.

7 — FINANCIAMENTOS PARA URBANIZAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS — FINC

Divide-se em sub-programas, FIEGE e FISIP. Financiamento concedido pelo BNH aos Estados, Municípios, concessionários de serviços públicos e entidades da administração indireta. Determinados a infra-estrutura geral, FIEGE e a infra-estrutura de serviços industriais de utilidade pública (FISIP).

8 — FINANCIAMENTO DE LOTES URBANIZADOS — PROFILURB

Financiamento concedido pelo BNH a pessoas físicas e a estados e municípios, destinado a aquisição e urbanização de lotes urbanos.

9 — FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL — FAS

Financiamento concedido pela Caixa Econômica

Federal aos municípios suas fundações e entidades de administração indireta. Atende a Projetos de Saúde, Previdência e Assistência Social.

10 — FINANCIAMENTO PARA O PLANEJAMENTO URBANO — FIPLAN

Financiamento concedido pelo BNH a diversos órgãos e entidades, inclusive aos municípios, destinado a programas e projetos de desenvolvimento urbano.

11 — FINANCIAMENTO PARA TRANSPORTE URBANO — FITURB

Sub-programa: Financiamento para sistemas ferroviários de transporte urbano de passageiros — FETRAN.

Concede empréstimo para projetos de implantação ou melhoria do transporte coletivo ferroviário ou assemelhado, nas áreas urbanas, e ainda para instalações finas.

B) HABITAÇÃO

— Operações relativas à aplicação de recursos financeiros destinados a produzir e/ou comercializar habitações.

1 — COMPANHIAS DE HABITAÇÃO

Tem por finalidade conceder crédito destinado a produção de habitações de acordo com o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) e propiciar a aquisição de unidades habitacionais às famílias de baixo nível de renda, também de acordo com o PLANHAP.

2 — COOPERATIVAS HABITACIONAIS

Tende a propiciar a produção de empreendimentos habitacionais, através da concessão de empréstimos, no âmbito das Cooperativas Habitacionais.

3 — INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Tem por finalidade propiciar a produção de empreendimentos habitacionais no âmbito dos Institutos de Previdência Social e, propiciar a aquisição de unidades habitacionais através de refinanciamento concedido aos Institutos de Previdência e Montepios Estaduais ou Municipais.

4 — SISTEMA BRASILEIRO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO — SBPE

Concede assistência financeira às entidades que compõem o SBPE, a fim de estimular os empréstimos a produção de unidades habitacionais.

Burocracia, um problema a ser atacado pelas prefeituras do PMDB

Existem muitas medidas que podem ser tomadas a nível da administração municipal para simplificar a vida do cidadão e desafogar a própria administração. Nós enumeramos aqui algumas sugestões que, se ainda não foram adotadas, podem ser estudadas pelos atuais ou pelos futuros prefeitos porque a sua implantação vai depender, na maioria dos casos, de decretos ou portarias.

A burocracia, que emperra a administração brasileira em todos os níveis e que complica a vida do cidadão comum, é um problema passível de soluções a serem adotadas pelo prefeito do PMDB. Por uma questão de herança cultural, a administração pública foi construída sobre o trinômio da centralização, do formalismo e da desconfiança. Esses três elementos, juntos, foram os responsáveis pelo volume de exigências, certidões, aprovações, formalidades, atestados, carimbos que complicam a solução dos assuntos e dificultam a vida dos honestos, sem intimidar os desonestos, onerando mais ainda principalmente a vida dos mais humildes.

Desburocratizar é um ato político, é um ato de vontade a ser exercido por quem detém qualquer parcela de poder dentro da administração. Porque isso pode significar abrir mão de uma parte desse poder, através da descentralização e da confiança. Se o PMDB propugna por uma administração municipal desenvolvida de acordo com os interesses comunitários, estimulando a participação popular nas decisões, aqui, pelo contrário, a solução depende de um gesto unilateral.

As medidas desburocratizantes devem visar, principalmente, o pequeno usuário a partir do estabelecimento da presunção da veracidade e da honestidade nas relações entre a administração, o usuário e o servidor e através da redução ou eliminação das exigências burocráticas, da descentralização das decisões e da simplificação do trabalho administrativo.

Se a prefeitura é pequena e não tem condições de instituir um programa específico de desburocratização, o prefeito pode ele mesmo assumir essa tarefa ou encarregar seu secretário de administração ou qualquer outro funcionário da prefeitura.

Ao nível da administração municipal, selecionamos algumas sugestões de medidas práticas que podem ser adotadas:

1) Eliminação de sistemas de controle excessivo — controle paralelo, cruzado, formulários detalhados — cujo custo operacional seja maior que o risco.

2) Eliminação da exigência de documentos aos usuários de serviços públicos (atestado de residência, de antecedentes, de vida, de pobreza, de idoneidade moral, etc.)

3) Dispensa do reconhecimento de firma.

4) Simplificação e preenchimento gratuito, inclusive manualmente, de formulários diversos e guias de recolhimento de tributos.

5) Descentralização geográfica e simplificação de procedimentos e exigências para concessão de alvarás, tais como: aprovação de projetos; alvará de construção; carta de habite-se; aprovações relativas à instalações comerciais; diversas aprovações

relativas à localização, construção e reforma de instalação, etc.

6) Simplificação de procedimentos relacionados à construção de casas populares (supressão de aprovação prévia de projetos).

7) Simplificação de procedimento na área tributária, através da utilização dos correios para reclamações e alterações no cadastro de contribuintes, da adoção do sistema de cobrança do ISS por estimativa, da simplificação de registros fiscais do ISS, da simplificação de formulários para registro cadastral, da agilização na prestação de informações ao contribuinte, da agilização na expedição de certidão negativa da dívida ativa, da autorização do poder executivo para determinar o não ajuizamento pela administração direta e indireta de ações de valor inferior a determinado limite, da utilização da rede bancária para a cobrança de impostos, da extinção de taxas de pequeno valor, de cobrança anti-econômica, da isenção de tributos municipais a empresas de pequeno porte e a autônomos de determinadas categorias, da redução de casos de exigência de prova de quitação de tributos municipais.

8) Simplificação de exigências para o registro de empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviços.

9) Simplificação de procedimentos e exigências relativas a licitação.

10) Simplificação de procedimentos e exigências para concessão de subvenções sociais e matrícula em estabelecimento de ensino.

11) Simplificação e automatização de procedimentos para concessão de direitos, vantagens e benefícios aos servidores públicos, tais como auxílio-doença, gratificação adicional por tempo de serviço, ajuda de custo, etc.

12) Consolidação da legislação municipal de interesse do servidor público.

13) Adoção de medidas para reduzir a circulação de papéis, o número de processos, o tempo de sua tramitação e decisão.

14) Expedição de atos de redefinição de atribuições que permitam, através de maior descentralização administrativa e geográfica acelerar as decisões de assuntos de interesse público ou da própria administração, tais como autorização de despesas e ordens de pagamento, aprovação de prestação de contas até certo valor, aprovação de licitações realizadas por convite, aprovação de licença para construir, expedição de habite-se, etc.

15) Implantação, onde couber, de unidades centrais de atendimento ao público para possibilitar imediata decisão de processos.

16) Projeto de melhoria das instalações de setores de atendimento ao público.

17) Ampliação do horário de atendimento ao público.

Aqui está a COMUN.

Veja como ela pode ajudar a sua prefeitura

A Fundação Pedroso Horta, do PMDB, está estruturando agora a sua Comissão de Apoio Municipal. A COMUN inicia o seu trabalho diretamente junto aos municípios, mas a médio prazo se pretende que esse contato seja feito pelas COMUNs regionais. O PMDB, assim, está indo em direção aos municípios. E se abre para que os municípios venham até ele.

O caminho para o poder passa necessariamente pelo município. Essa verdade elementar, para um partido que pretende se constituir em bases autenticamente populares, é a razão de ser da Comissão de Apoio Municipal, da Fundação Pedroso Horta. Ela nasce — e é lançada formalmente neste encontro de prefeitos do PMDB — para estabelecer um novo e eficiente canal de comunicação entre a direção nacional do partido e suas bases municipais, que estiveram até aqui, por razões as mais diversas, entregues à sua própria sorte.

O objetivo político da COMUN é dar ao partido uma estrutura de organização que promova a integração entre os órgãos dirigentes nacionais e regionais e suas bases municipais. Essa meta, que esperamos atingir a curto prazo, será perseguida através de um trabalho constante de entrosamento com as nossas prefeituras, os nossos vereadores, os nossos colaboradores em cada município. Um trabalho constante de troca de informações, de difusão de experiências bem sucedidas, de assessoramento aos nossos prefeitos de orientação sobre problemas comuns aos municípios e de atividades que a nossa experiência mútua certamente vai determinar.

Qualquer trabalho nesse sentido só surtirá efeito se contar com uma efetiva participação comunitária, para a qual as prefeituras exercem um papel fundamental. A prática política do partido será tanto mais eficaz quanto maior for o seu relacionamento com as organizações populares. É função da COMUN estimular e orientar o desenvolvimento de atividades comunitárias que permitam a superação de problemas específicos e gerais, não apenas com objetivo de promover a organização política das bases, mas principalmente de criar melhores condições de vida, de disseminar o bem-estar.

Para isso, a COMUN contará com uma assessoria especializada de arquitetos, médicos, urbanistas, sociólogos, advogados, especialistas em administração municipal, políticos, jornalistas, economistas que será toda ela colocada a serviço dos nossos prefeitos, dos nossos vereadores. Somos oposição e sabemos quanto isso custa em termos de recursos oficiais, canalizados que são para as prefeituras que estão nas mãos do partido do governo. Não temos o Banco do Brasil, não temos os bancos do Estado, não temos o BNH, não temos o poder econômico. Mas temos a imaginação, temos a inteligência do país do nosso lado.

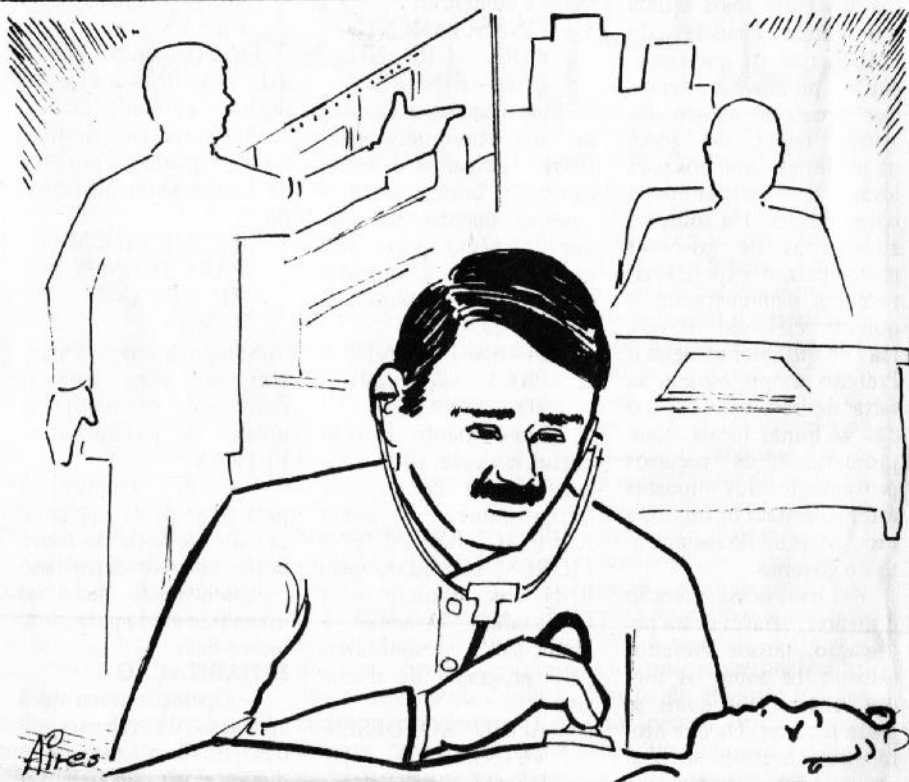
E contamos, mais que tudo, com a força do povo.

A COMUN editará um boletim. Será periódico, com distribuição exclusiva para prefeitos, vereadores e candidatos do PMDB. Esse boletim, cujo número inicial está agora em suas mãos, conterá informações sobre o instrumento legal existente, principalmente a nível federal, que pode ser utilizado pelos municípios para pleitear recursos para obras de infra-estrutura; conterá informações sobre o andamento de projetos no Congresso Nacional, que sejam do interesse da administração municipal; terá esclarecimentos sobre questões tributárias. O boletim divulgará também soluções criativas encontradas pelas nossas prefeituras, cujo sucesso permitirá que sejam adotadas também por outras prefeituras. Fornecerá textos, dados e levantamentos estatísticos de interesse municipal e estimulará o contato dos municípios com a Fundação Pedroso Horta, através de sugestões, dúvidas e críticas.

A COMUN pretende estimular também, através de seu boletim, o debate em torno de programas mínimos para a administração municipal, que poderá servir de subsídio para os candidatos do partido às eleições municipais. Precisamos, por isso, que os diretórios municipais nos forneçam nomes e endereços das pessoas que devem receber o boletim e o restante do material que será preparado pela COMUN.

Mas a COMUN não restringirá seu trabalho ao boletim. O texto básico que sairá deste encontro de prefeitos em Joinville norteará nosso trabalho daqui para frente, porque esse documento será um produto de nossas bases municipais. E a partir disso pretendemos promover novos encontros regionais ou nacionais de pessoal de segundo escalão municipal, como secretários das diversas áreas; patrocinar e estimular pesquisas, estudos e trabalhos nos campos político, econômico, social e ambiental.

O contato direto com os municípios, no entanto, será desenvolvido enquanto não estiverem consolidadas as COMUN regionais, cuja criação é tarefa prioritária que se impõe à Fundação Pedroso Horta. Refletindo a opção do partido de se organizar efetivamente pelas bases, a COMUN nacional assumirá futuramente apenas o papel reservado a organismos centrais, cabendo as entidades regionais estabelecer os canais diretos de comunicação com os municípios.



Vamos mostrar ao País o que é governar democraticamente

Sen JOSÉ RICHÁ — Membro da COMUN

O trabalho que estamos começando com a Comissão de Apoio Municipal da Fundação Pedroso Horta é uma demonstração clara da disposição do nosso partido em responder com ações concretas e definidas ao desafio que aceitamos de mostrar ao País os caminhos para a superação de seus aparentemente insuperáveis problemas. Nossa fórmula para isso não tem segredos. Nosso jogo é limpo: exercer democraticamente o poder que conquistamos. Não a democracia dos "pacotes", não a democracia do desemprego, não a democracia da corrupção, do arbítrio e dos desmandos que a cada dia querem nos forçar a engolir. É nossa missão transformar em realidade os mais legítimos anseios das comunidades que nos colocaram onde estamos. É nosso dever invocar o testemunho de nossos bairros, de nossas associações comunitárias, de nossas cidades de que exercitamos o poder de mãos dadas com o nosso povo e não entendidas para que apenas os oportunistas as alcancem.

Esta comissão, da qual sou colaborador, foi criada pela Fundação Pedroso Horta para estabelecer uma ligação mais íntima entre os órgãos dirigentes do partido e suas bases mais representativas,

formada por seus prefeitos e vereadores. Nossa ligação, no entanto, terá duas mãos de direção. Pretendemos colher das experiências e avanços obtidos na administração municipal os ensinamentos que nos permitirão exercer com maior autenticidade as nossas atividades nos níveis estadual e nacional. Pretendemos estabelecer um diálogo e uma troca de experiências mais efetiva entre as prefeituras que temos espalhadas pelo país e as muitas outras que teremos depois de 82.

De nossa parte, criamos uma estrutura baseada numa equipe de profissionais do mais alto gabarito que terá a função de levar a cada uma de nossas prefeituras, permanentemente, a palavra do partido, o apoio necessário, a orientação categorizada. Numa projeção para um futuro próximo, esta comissão, que tem caráter nacional, será ramificada em comissões regionais, para estar ainda mais perto dos problemas locais.

É um trabalho que está começando e que nos enche de entusiasmo. Porque há tudo por ser feito. E porque confiamos no apoio de todos para fincarmos as raízes de um partido verdadeiramente popular. O PMDB.

PMDB Município

COMUN

Ano I — Nº 2 — Órgão da Comissão de Apoio Municipal da Fundação Pedrosa Horta, do PMDB.

Ulysses: Prefeitos são a prova de que o PMDB está pronto para o poder

O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, ao abrir o Seminário Nacional de Prefeitos do PMDB, promovido pela Fundação Pedrosa Horta, afirmou que as administrações municipais do partido são o "certificado de que temos quadros, temos homens, temos o elemento humano e que o único cargo executivo galgado pelas urnas, pelo voto, que é o cargo de prefeito municipal, tem demonstrado o que serão os estados e a Nação quando governados pela legenda da honra, do martírio e da resistência, que é o PMDB".

O presidente do partido defendeu a autonomia dos municípios, porque é "nos municípios que vivem os 120 milhões de brasileiros". Para Ulysses, é a geografia brasileira "que determina como uma imposição a Federação e para ter Federação é preciso que haja autonomia política e financeira para estados e municípios".

No seu discurso, Ulysses disse aos prefeitos que queria fazer um convite: "Que viessem aqui o presidente da República e seus governadores aprenderem com vocês como se administra. Sem dinheiro, ilhados, cercados, perseguidos por esses governadores que são capitães de mato, na verdade, sonhando o dinheiro que não é seu e estas prefeituras que livremente elegeram os seus representantes administrativos. Com a migalha das receitas municipais vocês realmente têm feito uma administração porque o tostão, quando há competência, quando há honestidade, quando não está em mãos de ladrões, o tostão se transforma em milhão".

O deputado Odacir Klein, líder do PMDB na Câmara, destacou a importância daquele seminário "porque procura dar continuidade, nas futuras administrações, aquilo que já foi iniciado por diversos de nossos prefeitos em administrações anteriores". Odacir destacou a presença de prefeitos e de candidatos a prefeito do PMDB naquele seminário como demonstração de que o partido desenvolve um trabalho de equipe: "as pessoas vêm aqui para transmitir conhecimentos

e para recebê-los. As pessoas vêm aqui para dar ao partido e, através dele, dar à comunidade, e não para usar o partido, contra os interesses da comunidade".

O presidente da Fundação Pedrosa Horta, deputado João Gilberto, disse que a realização daquele primeiro seminário nacional de prefeitos era a demonstração de que o PMDB é uma legenda "que se flexiona, que se revisa, que se modifica para crescer e avançar". Lembrando que os prefeitos sempre foram os grandes abandonados do partido, João Gilberto lançou o compromisso de que o PMDB terá, agora, um órgão para assessorá-los e "estar presente em cada dia de sua administração, lembrando a eles o compromisso com a organização do povo, com a participação popular, mas também levando eles melhores instrumentos, apoio, sugestões".

O deputado Ronan Tito, tesoureiro da Fundação Pedrosa Horta, afirmou que nos últimos 17 anos houve um recrudescimento do autoritarismo, com o respaldo do militarismo mas que essa administração a nós imposta, "nunca governou com o povo, porque o povo nasce no município. É no município que temos que recomeçar a reaprender a administrar, a reaprender a política, a democracia".

O senador Jaison Barreto, por sua vez, defendeu uma reforma tributária, em sentido oposto ao do autoritarismo centralizado, como "possibilidade das comunidades decidirem sobre a boa aplicação dos recursos públicos, sob fiscalização efetiva e sincera". Barreto defendeu também a reforma agrária, com "início da liberação do povo brasileiro".

Outro orador na sessão foi o presidente do diretório regional do PMDB de Santa Catarina, deputado Pedro Ivo Campos, que manifestou sua convicção de que o "Brasil de hoje, deformado pelos vícios de um regime de opressão, de um regime mentiroso, falso, distanciado dos anseios populares, precisa ser reconstruído". E o PMDB, através de sua ação política nos municípios, vai construir uma nova nação.



Nos dias 9, 10 e 11 de outubro reuniram-se em Joinville prefeitos, vereadores, deputados, senadores e candidatos a prefeito de 102 municípios, de 13 Estados, no I Seminário Nacional de Prefeitos do PMDB, numa promoção da Fundação Pedrosa Horta. Esta edição é toda ela dedicada às idéias apresentadas no Seminário em torno do papel do PMDB na administração municipal.

Participação popular e povo organizado, a palavra de ordem

O deputado João Gilberto, presidente da Fundação Pedrosa Horta, e o sociólogo André Foster fizeram a primeira palestra do Seminário de Prefeitos de Joinville, sob o tema "O PMDB no governo municipal: prefeitura alternativa, o poder local e a concentração tributária". O deputado João Gilberto partiu da afirmação de que não basta os prefeitos do PMDB serem melhores que os outros, "mas é preciso mudar algo na substância, na orientação, senão nós apenas fazemos um grande concurso de quem faz melhor". E seria exatamente esse o objetivo daquele seminário.

Reportando-se ao golpe de 64, ele lembrou que nunca, em toda a história do Brasil, o poder havia ficado tão centralizado, despojando completamente o município de sua autonomia. O poder local, no entanto, tem para ele características basicamente oligárquicas: "É principalmente nos municípios onde as forças conservadoras se fazem presentes por maior força, com maior vigor, tanto que os partidos de oposição, as propostas progressistas, podem sonhar em ganhar "n" governos estaduais, mas não sonham jamais em fazer a maioria de prefeitos do Brasil".

Por isso, ele defendeu a necessidade de que a autonomia municipal, a questão do poder local, seja analisada a fundo, "para que não seja apenas a defesa das próprias oligarquias, do mandonismo, do coronelismo, das famílias que dominam determinados municípios do Brasil, contrapondo-se ao próprio esforço de modernização, de mudança que pode passar em dia pela sociedade nacional". Para evitar-se que o fortalecimento do município acabe redundando no fortalecimento do grupo oligárquico, João Gilberto defende que essa luta deve prestar atenção "a todas as diferenciações locais, e essas diversidades precisam ser enfrentadas com diferentes fórmulas, dentro de regras maiores, que possui qualquer Estado organizado do mundo".

Em seguida, o deputado gaúcho enfatizou que a única maneira de se promover modificações significativas no País é ter a base organizada: "E quem organiza o povo, quem pode ser instrumento dessa organização é o poder local, municipal, pois é o instrumento evidente e palpável, já que tem condições de atuar diretamente junto ao povo". A prefeitura alternativa, a prefeitura do PMDB, deve, para ele, se fundamentar na organização popular e na gerência efetiva.

O fato de a prefeitura estarem vinculados os problemas mais próximos da vida do cidadão, que dizem respeito ao seu dia-a-dia, permite a ela exercer papel fundamental na organização popular, porque, segundo ele, "nós começamos a nos organizar sempre em cima de interesses que estão a nossa volta, que são imediatos, sensíveis, palpáveis. Depois é que vamos acordando para o fundo político desses interesses". Para João Gilberto, uma prefeitura preocupada em ser popular, não teme a organização do povo: "Ela estimula a organização popular, mesmo quando significa soltar um nível enorme de reivindicação, soltar aquele coração de gente simples, que pensava e não dizia, que pensava e não reivindicava".

O segundo aspecto — a gerência efetiva — é para João Gilberto mais difícil, mais ousado: "A gerência efetiva significa o povo organizado participando das decisões, tomando as decisões, dando rumo às coisas". Ela pode começar, segundo ele, com a discussão num determinado bairro sobre as prioridades para aquele mesmo bairro. Deve-se atentar, porém, para a

estruturação de algum tipo de mecanismo de participação, que não deverá ser formal nem jurídico, mas que garanta a participação das pessoas, que tenha o respaldo da base. Pode ser um conselho comunitário. O presidente da Fundação Pedrosa Horta acredita que esse tipo de mecanismo pode até mesmo vir a discutir amplamente o próprio orçamento do município: "São poucos os países do mundo onde isso acontece. São raros os municípios que têm tentado fazer isso. Mas é a grande perspectiva para que a gerência popular se dê". Ele adverte, no entanto, que isso é um processo, é uma caminhada que prevê várias etapas: "Se tentarmos fazer isso com uma varinha mágica vamos nos dar muito mal".

Já o sociólogo André Foster afirmou que as prefeituras do PMDB "devem necessariamente apresentar os desdobramentos das suas atividades de uma forma que as distinga das prefeituras da situação. Pelos critérios na condução e orientação de seus trabalhos, ela deve ser, política e administrativamente, diferente das prefeituras dos outros partidos, especialmente da situação". Esse comportamento diferenciado, segundo ele, é que a oposição vem repetindo desde que se deu o golpe neste País, "e que está consubstanciado e definido no nosso programa político".

Foster ressaltou que o que se pretende não é apenas mudar o País: "Queremos transformar estruturas seculares de dominação interna, queremos transformar estruturas seculares de dominação externa". Ele concorda com a análise de Fernando Henrique Cardoso, para quem o partido político dos monopólios e dos grupos dominantes não é o PDS, mas é o Estado, "que faz as vezes das garantias políticas e econômicas para que o País se desenvolva sob o controle dos monopólios e dos grupos do poder que controlam os meios de comunicação e tornem esse Estado onipresente em todas as dimensões do cotidiano". Isso significa, para Foster, que mudar esse quadro de dominação é transformar o País.

Foster falou em seguida sobre a abertura política, para ele uma proposta do regime, que não tem nada a ver com a oposição: "É a proposta do jogo controlado; é a resposta do regime, outra vez, a um avanço das forças de resistência oposicionistas. É uma proposta que mudou algumas coisas no plano interno, mas num jogo controlado. Mudou para não mudar, ou tentar resguardar aquilo que é essencial, que é o jogo do poder, que é o controle do Estado." O desafio do PMDB, para ele, "é garantir uma passagem do autoritarismo para a democracia, o que não se fará sem a oposição e sem a impertinência dos danos do poder. E eles estão aí — prosseguiu o sociólogo — tentando por diversas formas acertar o jogo eleitoral que lhes facilite a vitória, que desfigure o processo eleitoral, apesar de toda a oposição que esta Nação representa".

André Foster analisou também o papel que as prefeituras do PMDB deverão desenvolver nos Estados onde o partido vencer as eleições para governador, porque estes certamente enfrentarão situações desfavoráveis e precisarão de sustentação política para suas iniciativas: "E nas prefeituras é que se encontram as possibilidades mais concretas de obter-se o respaldo popular". Os municípios, para ele, no entanto, devem estar sintonizados com as reivindicações gerais, dentro de uma luta que continua, porque "ganhar um governo de Estado não significa que passaremos a ser situação, pelo contrário, deveremos fortalecer nossa condição de oposição".

Prefeito Arraes apresenta a sua experiência

Quando exerceu a prefeitura de Recife, Miguel Arraes achou uma população doente, analfabeta e sem moradia. Ele contou em Joinville como enfrentou esses problemas, sempre confiando na organização natural do próprio povo e partindo dela para encontrar as soluções.

Miguel Arraes participou do seminário de prefeitos de Joinville para prestar depoimento sobre uma das mais profícuas experiências em administração municipal que o País conheceu: o tempo em que ele foi prefeito de Recife. Arraes concentrou seu depoimento sobre as soluções encontradas para os problemas de educação, saúde e habitação.

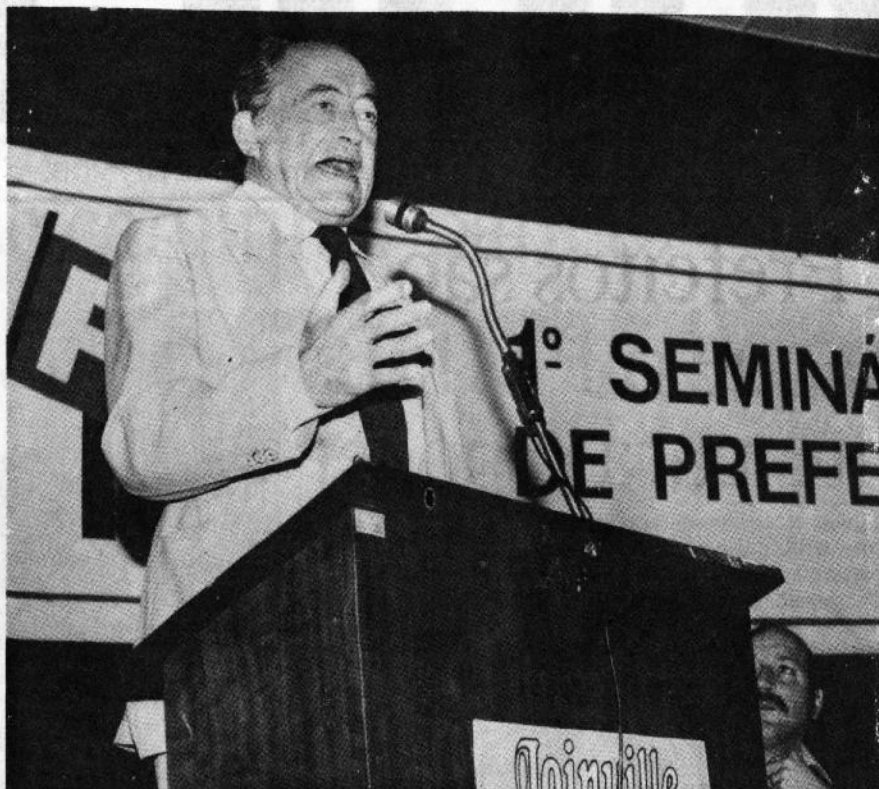
Confessou sua perplexidade, ao assumir a prefeitura de Recife e constatar que a cidade tinha 100 mil crianças sem escola. Mesmo sendo a educação primária uma tarefa do governo estadual, mesmo sofrendo uma crônica falta de recursos, o líder conta que sua administração decidiu aceitar aquele desafio: "E partimos — recorda ele — de uma convicção que muita gente não tem de que o povo é naturalmente organizado. O povo tem suas organizações limitadas, pequenas, dentro às vezes de um círculo mental restrito, mas ele se organiza, porque todas as sociedades que se organizam e toda a gente se organiza e gira em torno daquilo que a preocupa. O povo se organiza nas igrejas católicas, protestantes, nos centros espíritas, nas lojas maçônicas, nos clubes."

"Qualquer que fosse o tipo de organização", prosseguiu Arraes, "era preciso aproveitá-la, para dar vida àquela organização". Ele recorda que em um ano foram abertas 250 escolas, partindo das formas mais elementares de organização já existentes, "em pequenas sedes que a população conseguia para colocar as professoras e algumas cadeiras escolares". As próprias comunidades zelavam pelas escolas: "Eu não acredito" — disse ele — "em fiscalização burocrática de funcionários que se nomeiam para ver como vão as coisas, porque acabam sem fiscalizar coisa nenhuma, mas acredito na fiscalização da mãe de família que quer que seu filho estude e que vê que a

escola não funciona, desde que se dê acesso a ela. Para a mãe, o mais importante é que seu filho seja educado, e ela quer que a escola funcione".

Arraes insistiu que o povo tem suas formas de organização, que nunca devem ser desprezadas: "Se é um simples clube de futebol, onde os rapazes jogam uma pelada, não tem importância; mas se vê agregada uma escola, se você começa a discutir outras coisas, muda a natureza da organização inicial, integra àquelas coisas que a fizeram outras que vão interessar, porque são problemas em torno daquela organização inicial, vai mudar a qualidade dessa organização, levá-la para um plano maior e, com certeza, organizar a população em associações muito mais amplas, que integram as igrejas, os centros espíritas, os clubes de futebol e de carnaval. Vai integrar todos os habitantes do bairro numa associação maior, mais viva, que trate dos problemas da coletividade daquela área e que se integrarão, sem dúvida, nos problemas da cidade e, sendo assim, podem ser levados a se integrarem nos problemas mais gerais do Estado e da Nação". E concluiu: "Partir das bases, por limitada que seja a capacidade de compreensão dos que a integram, é importante. Caso contrário, nós acabamos por querer ditar as regras ao povo e a planejar para o povo sem saber o que ele precisa".

A questão da saúde, segundo Arraes, começa a ser equacionada exatamente a partir da infraestrutura criada para as escolas. Essa opção foi feita a partir da constatação de que em uma escola de uma favela, as 800 crianças que a frequentavam — todas, sem exceção — tinham vermes. Dessas, 70% tinham mais de dois tipos de vermes e 30% tinham tuberculose: "O problema da saúde, então, era colocado pelos fatos. Não fizemos um inquérito para saber da



saúde do povo porque não dispúnhamos sequer de meios mas, à medida em que se pegavam os problemas pelas bases, eles começaram a surgir, a saltar diante de nós. E o que fazer com os focos de tuberculose que infectavam 30% de um grupo e certamente muito mais de uma população debilitada pela subnutrição de uma cidade como a nossa?"

Arraes foi buscar a ajuda de outro grande brasileiro, Noel Nutels, "porque era quem praticava a medicina mais elementar deste país: quem trata dos índios — recorda ele — pode perfeitamente tratar desta população, pode nos ensinar os meios mais simples de resolver esse tipo de problema". Arraes se lembra que obteve grande

apoio dos médicos que foram convocados para exercer esse trabalho junto à populações mais carentes, mas que se deparou com um grande problema, que persiste até hoje: o custo dos medicamentos, quase em sua totalidade produzidos pelas empresas multinacionais.

A partir disso, Arraes fez uma denúncia aos participantes do seminário de Joinville: a enorme massa de lucro das multinacionais desse setor serve para "corromper, desvirtuar e alienar nossas cabeças". Porque os medicamentos têm um volume muito grande de publicidade e acabam por influir nos meios de comunicação. "A gente parte de uma escola de bairro, entra na saúde, vê a doença do povo, passa

por remédios e acaba nas multinacionais e na exploração deste país", concluiu.

HABITAÇÃO

Arraes começou falando da questão da habitação em seus tempos de prefeito de Recife, defendendo a tese de que a questão das invasões — já existentes naquela época — não deve ser um problema dos prefeitos. O problema de quem tem um terreno invadido deve ser resolvido pela justiça, já que não cabe à prefeitura exercer o papel de polícia. No entanto, ele se lembra de que no seu tempo houve a invasão de um terreno do Patrimônio Histórico — O Monte dos Guararapes — "e não era possível permitir essa invasão". A solução foi mudar a invasão para um

outro terreno, comprado pelo governo para essa finalidade. A mudança foi organizada por uma comissão dos próprios invasores, que, segundo Arraes, "era mais severa que o Tribunal Militar" que o condenou a vinte e três anos de prisão: "Eles colocaram para fora todos os que já tinham casa, acusando-os de estarem fazendo em suas costas a exploração dos outros". Os invasores convocaram estudantes de arquitetura, de engenharia, "não para dizer a eles como fazer suas casas, mas para dar alguns dados, discutir". A conclusão foi que uma casa construída pelo povo sai muito mais barata do que uma construída pela Cohab: "Porque o povo se vira, aranja uma tábua aqui, um tijolo acolá, no outro mês faz a parede da frente, coloca uma lona, vai se organizando segundo suas possibilidades e discernimento".

Arraes defende, inclusive, que a forma de organização social de uma favela é muito mais perfeita do que a de um conjunto habitacional do BNH. Porque a pessoa, quando se vê sem saída e decide construir seu barraco numa invasão, não vai fazer isso sozinha. Chama um amigo, um conhecido, que chama outro, e assim por diante. Se constróem 100 barracos, "aparece um bar para vender cachaça e cigarro e começa um ponto de convivência de pessoas que são conhecidas. Daí desdobra-se uma vida social muito diferente, muito mais sincera do que nesses currais de gente que são essas casas do BNH, que o povo não pode pagar".

Tito Costa: o discurso e a prática, sempre a favor do povo

A principal crítica do prefeito Tito Costa, de São Bernardo do Campo, São Paulo em sua palestra sobre "A Prefeitura Alternativa, o Poder e a Concentração Tributária", foi "o divórcio, nítido, flagrante, entre o Governo e a Nação Brasileira, que se acentua e precisa, a todo custo, a no mais rápido espaço de tempo, ser eliminado".

Para o prefeito Tito Costa, é tarefa fundamental dos representantes do PMDB nas prefeituras municipais, "chegar ao povo, fazer com que ele chegue ao governo, e afinal, interpretar os anseios do povo e dar a ele a resposta possível e adequada às suas necessidades, porque a Nação é o povo organizado".

E apontou duas posições fundamentais na busca desses objetivos: A primeira, é que os governos se assentem e tenham como ajudantes, colaboradores, as organizações populares e, baseado nas experiências dessas organizações, possa, tanto quanto possível, entender melhor as

reivindicações e os anseios das mais diversas camadas da população. Isto, porque as organizações populares trazem a experiência das comunidades que representam; A segunda posição é a de que o Município há de ser um parceiro insubstituível na organização de um programa de Governo Estadual e na sua execução, "porque não basta apenas organizar e formular um programa muito bonito, é preciso que ele seja cumprido", disse o prefeito Tito Costa.

Para ele, a atuação dos prefeitos do PMDB deve se caracterizar sobretudo pela firmeza, pela proximidade do povo e pelo atendimento de suas reivindicações. O mais importante, porém, é que o prefeito dê o testemunho de uma atuação política diferente da que vem sendo dada ao longo dos tempos, especialmente pós — 64, pelos prefeitos do governo.

Em sua experiência em São Bernardo do Campo, o prefeito Tito

Costa teve atuação de profundo apoio aos movimentos grevistas dos metalúrgicos, que, por pouco, não tiveram proporções catastróficas, com um confronto inesperado com a polícia, em 1979 e 1980, em acontecimentos que todos conhecem amplamente. A sorte, ali, foi que o prefeito era do PMDB e foi intransigente ao se colocar ao lado dos trabalhadores. E o prefeito Tito Costa, com este seu testemunho, pretendeu dar um recado precioso aos participantes do I Seminário Nacional de Prefeitos do PMDB, realizado em Joinville, em outubro.

Eis o seu recado:

— "É muito bonito e fácil, nos discursos, assumirmos a defesa do trabalhador e de suas reivindicações, mas não é tão fácil assim, na prática, na praça pública, diante de um fato concreto, assumir uma posição clara, em favor do trabalhador". Nesse momento, foi aplaudido por todos da plateia.

Documento mostra como o partido deve se conduzir na administração municipal

O documento "O PMDB e a Ação Municipalista - Prefeitura Alternativa", elaborado pela Comissão de Apoio Municipal da Fundação Pedrosa Horta, com a colaboração das prefeituras de Lajes e Joinville, foi submetido à discussão durante o seminário e aprovado por unanimidade. Esse documento aborda a questão das eleições de 82, faz um breve diagnóstico do município brasileiro, estabelece as diretrizes básicas para uma administração do PMDB e apresenta sugestões concretas a serem implantadas pelos prefeitos oposicionistas.

No capítulo das eleições municipais, o documento, depois de analisar a importância desse pleito, antecipa-se ao "pacote" que só sairá tempos depois, afirmando que as restrições e os casuísmos de hoje ou de amanhã não iriam esmorecer a luta do parti-

do: "As atitudes arbitrárias - diz o documento - apenas ressaltam e corroboram as teses básicas do PMDB e lhe colocam a necessidade de multiplicar esforços para fazer frente aos constantes obstáculos levantados à sua caminhada. Como o antigo MDB, o PMDB tem enfrentado momentos difíceis desde a sua criação. Mas foi em sua capacidade de superá-los que cresceu".

A escolha dos candidatos do partido também é abordada, relacionando-se os critérios que devem ser adotados, da mesma maneira que a estratégia para a campanha eleitoral.

No capítulo seguinte, é feito um perfil do município brasileiro e demonstradas as mutilações feitas na autonomia municipal, que levaram à situação atual, na qual o município fica com ape-

nas 2% do total dos impostos arrecadados em seu território. Do restante, 29% vão para o Estado e 69% para a União.

No terceiro capítulo são definidas as diretrizes básicas de uma administração do PMDB, consubstanciadas em três premissas: levantar bandeiras reivindicatórias justas, perante as esferas de poder estadual e federal; estabelecer uma estrutura administrativa eficiente e disposta a efetuar mudanças sócio-econômicas em prol da comunidade local, em particular dos segmentos mais desfavorecidos da população e fortalecer diversas formas de participação popular na administração.

A partir dessas premissas são estabelecidos os objetivos políticos gerais a serem atingidos, definidas as condições para a ad-

A prefeitura do PMDB deve levantar bandeiras reivindicatórias justas perante as esferas estadual e nacional, estabelecer uma estrutura administrativa eficiente e disposta a efetuar mudanças sócio-econômicas em favor da comunidade, particularmente as camadas mais desfavorecidas da população e fortalecer diversas formas de participação popular, de forma que o povo tenha condições de influir diretamente na definição daquilo que será feito.

ministração das finanças municipais, alinhadas as reivindicações de caráter urbanístico e metropolitanos, sugeridas fórmulas de montagem de uma programação econômica e orçamentária analisada a questão do desenvolvimento econômico e social.

Ainda nesse capítulo é desenvolvida a questão da participação popular, através da criação de mecanismos que a tornem efetiva na administração municipal do PMDB. O caminho para que se atinja esse objetivo é exposto através da enumeração de normas para uma real organização das bases. A participação popular também é enfocada num outro nível, que é a gerência popular efetiva, na qual os vereadores do partido teriam um papel fundamental para a organização dos conselhos políticos de bairro. O

documento adverte, no entanto, que para a consecução desse objetivo seria necessário o rompimento de "uma série imensa de vícios e obstáculos inculcados na tradição política nacional".

O último capítulo do documento apresenta uma série de sugestões concretas que poderão ser adotadas pela prefeitura do PMDB - a prefeitura alternativa - nos campos da administração propriamente dita, da agropecuária, da infraestrutura, da habitação, da saúde, da educação, da cultura, dos esportes e do lazer.

Os correligionários que estiverem interessados em obter uma cópia desse documento poderão obtê-lo junto à Fundação Pedrosa Horta, na Câmara dos Deputados, ou pedir pelos telefones 223-3600 e 223-3245.

Autonomia municipal, a meta do CONAM

O Comitê Nacional pela Autonomia Municipal - CONAM - foi organizado para desenvolver uma luta permanente pela emancipação política e financeira dos municípios brasileiros. A curto prazo concentra todo seu esforço pelo restabelecimento das eleições diretas para prefeitos das Capitais, municípios considerados área de segurança nacional, estância hidro-minerais, e, no Distrito Federal, por eleições em todos os níveis. A médio prazo, desenvolver trabalho visando uma ampla reformulação no Código Tributário Nacional, a fim de que possa haver autonomia financeira à todas as comunidades brasileiras, hoje altamente dependentes do poder central, que usa esta arma para exercer pressão imoral aos prefeitos e aos governadores.

FUNDAÇÃO

Iniciando suas atividades no dia 23 de junho deste ano, quando, em Brasília reuniram-se representantes de mais de cem municípios brasileiros que não podem escolher seus prefeitos, o CONAM - apesar de seu aspecto apartidário - conta em seu conselho consultivo com a maioria de representantes do PMDB. Coordenado pelo deputado federal Maurício Frust, do Paraná, integram o órgão os parlamentares Nabor Júnior (AC), Jorge Vianna (BA), Jorge Gama (RJ), Ronan Tito (MG), Audálio Dantas (SP), Del Bosco Amaral (SP), Adhemir Santillo (GO), Francisco Libardoni (SC), Aldo Fagundes (RS), Waldir Walter (RS), Jorge Uequed (RS), Carlos Bezerra (MT), João Gilberto (RS), Juarez Furtado (SC), Se-

bastião Rodrigues Jr (PR), Euclides Scalco (PR), João Câmara (MS), Gilson de Barros (MT), Geraldo Fleming (AC), Aluizio Bezerra (AC), Mário Frota (AM), Jader Barbalho (PA), Fued Dib (MG), Carlos Santos (RS) e Jerônimo Santana (RO), o presidente do PMDB/DF Maerle Ferreira Lima e o ex-deputado José Carlos Teixeira, (SE).

EMENDA CONSTITUCIONAL

Como fruto de duas reuniões plenárias (Brasília e Foz do Iguaçu) o CONAM elaborou emenda constitucional propondo a realização de eleições para prefeitos e vice-prefeitos das Capitais, áreas de segurança, estâncias hidro-minerais, e, em Brasília, para o Senado, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa. Apresentada pelo deputado Maurício Frust, a emenda conta com o apoio de 301 deputados e 47 senadores, portanto com mais de 2/3 de assinaturas, o que lhe dá a condição de preferência no encaminhamento da votação. O objetivo principal, como se pode observar claramente, é o de restaurar os princípios da democracia representativa, imperativo no momento que estamos a viver no Brasil. A restauração da autonomia municipal, representa um passo muito importante para extirpar a abominável herança de um brutal autoritarismo, que infelizmente ainda persiste, mas que atingiu há alguns anos proporções muito mais elevadas. É incompatível, o convívio da democracia com as disposições espúrias introduzidas à força no texto constitucional, cujos efeitos a emenda se propõe a eliminar.

Planejamento, um recurso para a mobilização popular

O economista José Serra, da Unicamp, abordou no seminário de Joinville, a questão do planejamento municipal, partindo da afirmação de que se o planejamento, por um lado permite uma racionalização técnica, por outro ele tem a dimensão de viabilizar politicamente um certo programa de governo. Segundo ele, a definição de metas e prioridades abre a possibilidade para que o programa de governo seja debatido, o que se tornaria muito mais difícil diante de um plano genérico.

A partir do debate em torno de um programa de governo, o prefeito pode mobilizar a população politicamente para apoiar a sua realização e, assim, segundo ele "o planejamento municipal, na ótica do PMDB, pode ser uma forma de organizar os setores da população para a repartição dos fundos públicos". Serra justifica essa tese: "Os recursos públicos existem de qualquer maneira e serão utilizados e distribuídos com consequência sobre o padrão de vida da população. Sem planejamento, a possibilidade de má distribuição é muito maior".

O economista reconhece a dúvida que se abate sobre a validade de um planejamento municipal, sem uma contrapartida nos níveis estadual e nacional. Ele cita o exemplo do desemprego, consequência de uma política econômica global, mas acha que qualquer planejamento municipal deve se inserir na perspectiva de mobilização para uma mudança geral: "Os recursos humanos podem ser utilizados de forma mais adequada e o programa pode favorecer uma mobilização política no nível municipal que facilitará as coisas para que o quadro mude no plano estadual e no plano federal. A luta para a mudança dessas condições é simultânea com a realização de

um bom programa de governo municipal".

Na elaboração de um planejamento municipal, José Serra enfatiza que a definição de seus objetivos deve ser feita "a partir dos reclamos da população do município". Depois, essa definição tem de levar em conta as restrições econômicas existentes: "Tem de ser realista, porque se não pode ter um rendimento político muito alto a curto prazo, mas a médio prazo ele destruirá o processo de planejamento que se pretende e terá resultados piores, porque isso desgastará o partido e a prefeitura junto à população". Por fim, Serra chama a atenção para a necessidade da participação da comunidade na definição dos objetivos, na execução do plano na sua avaliação periódica. Essa participação, para Serra, não deve apenas obedecer uma questão de princípio, mas deve existir também como garantia de eficiência, de viabilidade prática e do sucesso do plano.

Serra seleciona o que para ele são os principais meios para se atingir as metas definidas num programa de governo, partindo do princípio de que há um potencial de meios próprios, a nível do município, que não são utili-

zados. Em primeiro, ele apresenta a questão tributária, que além de mobilizar recursos pode orientar a própria alocação desses recursos. Em segundo, o crédito, o financiamento. Depois, a possibilidade da interferência do município no uso do solo, através de leis de zoneamento e de loteamento. Outro aspecto é a mudança na composição das despesas. O último item é a capacidade de trabalho da população. Esse recurso, para ele, poderá ser muito importante na medida em que a comunidade sinta que é participante e que o plano atende aos seus interesses.

Serra defende, no caso da tributação, a implantação do Imposto Progressivo Territorial Urbano, orientado a partir de três critérios: o tamanho do terreno, o tempo em que permanece ocioso e as condições de infraestrutura. Depois de analisar a questão do IPTU, José Serra discorreu longamente sobre a necessidade de uma profunda reforma tributária, que não apenas tornasse mais justa a divisão entre Município, Estado e União, mas que reformulasse o próprio conceito de imposto no País, invertendo a relação entre imposto direto e indireto. A carga tributária no Brasil, hoje está mais concentrada nos impostos indiretos.



Almino previu o "pacote" e mostrou como o partido pode caminhar para 82

Almino, pregou uma grande aliança ao nível das bases populares e defendeu a tese de que a vinculação dos votos poderia permitir um trabalho para federalizar a eleição municipal, levando às bases a discussão dos grandes temas nacionais. Para ele, "é a batalha contra o regime que há de permitir a restauração democrática no plano municipal". Almino acredita também que as eleições serão grande fator de mobilização popular e que é esse o único instrumento que o PMDB tem para enfrentar a força do regime autoritário.

Encarregado de falar sobre as eleições de 82, o ex-ministro Almino Afonso foi de impressionante clareza ao prever as "regras" que somente um mês e meio depois seriam anunciadas pelo governo e já sugerir caminhos que o partido poderia adotar para enfrentá-las. Almino Afonso manifestou sua convicção, no seminário de prefeitos de Joinville, de que as coligações não viriam e que seria ilusório por parte do PMDB montar seus esquemas eleitorais a partir de eventuais alianças com outros partidos opositores: "Preferimos pensar com realismo — disse ele — e achar que vamos marchar inexoravelmente, no País inteiro, sozinhos. O PMDB terá que marchar só, assim como também os demais partidos opositores".

Depois de desenvolver uma análise sobre o que se passou no País nos últimos 17 anos, na qual concluiu que o golpe de 64 teve como premissas básicas deter o povo e entregar o País, Almino afirmou que se o regime foi antipopular e antinacional durante esse tempo todo, "não há porque nós cremos que ele tenha mudado". Almino raciocinou sobre a dificuldade que haveria para repor o País "numa política que corresponda aos interesses nacionais e detenha a gula, a ambição dos grandes gru-

pos internacionais que nos exploram" e previu que os "poderosos interesses que amanhã, uma vez atingidos, poderão replicar com enorme força, com enorme agilidade, com enorme presteza".

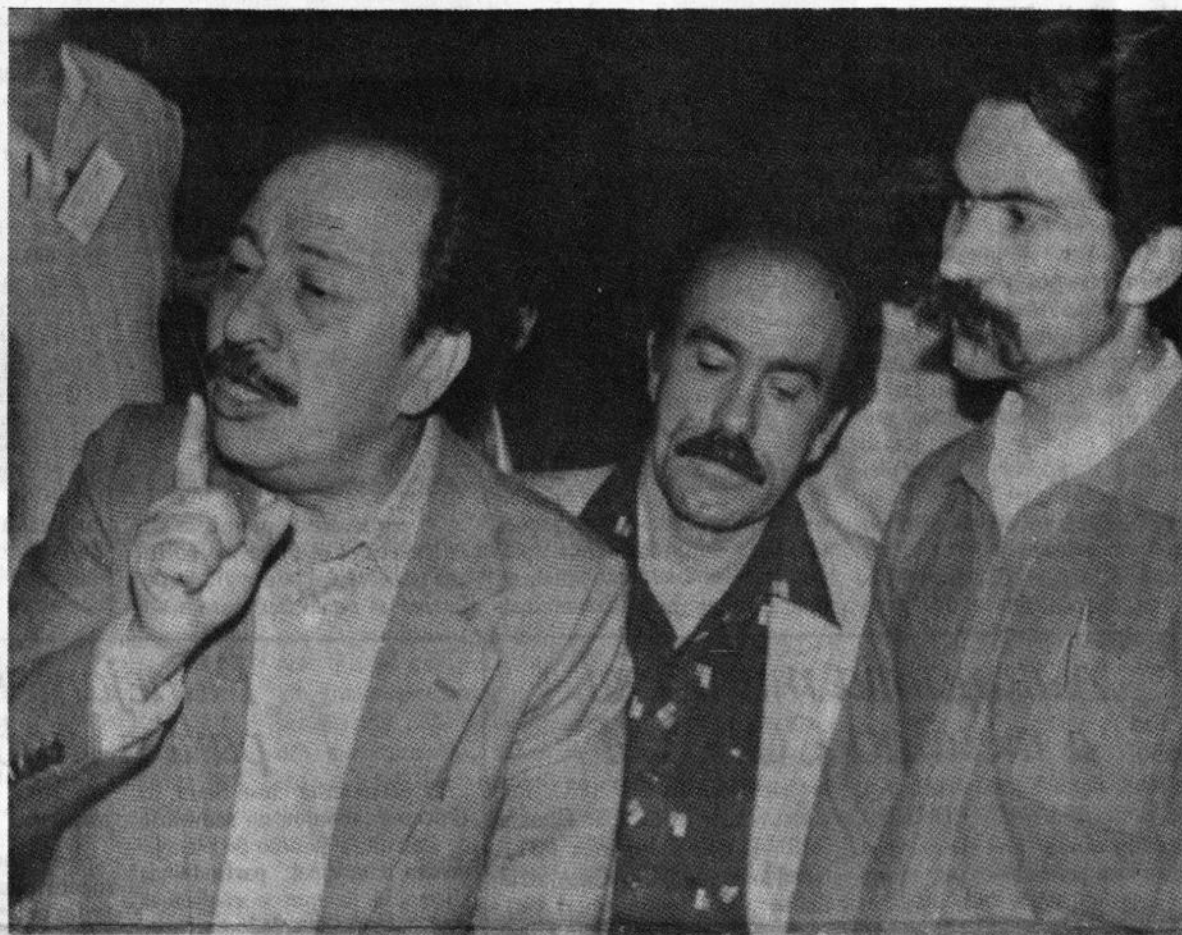
Esse ponto de vista ele apresentou para afirmar: "Ora, se isto pode acontecer amanhã, eu posso imaginar que eles por antecipação agem. Eu devo, portanto, prever que a entrega do governo ao povo, em termos realmente efetivos, não está no programa, não está no interesse dos grandes grupos internacionais. E não está tampouco no interesse dos grupos minoritários do País".

Com isso, Almino acha que o objetivo do governo e do regime é "impedir que, pelo processo eleitoral, nós mudemos a correlação de forças". Para isso, segundo ele, existem os casuísmos, por trás dos quais o que há "é uma sucessão de medidas, através das quais se buscará impedir a livre manifestação da cidadania". Nesse momento é que ele afirmou que seria falta de realismo do PMDB acreditar que o governo poderia permitir as coligações.

"O regime montou todo um esquema, precisamente para fracionar a oposição", afirmou. "O resultado foi previsto", e não iria agora o governo dar condições para que as oposições se reaglutinassem numa enorme frente, que poderia ser ainda mais forte do que o que foi o MDB. Almino chamou de fantasiosas as referências que se faziam dentro do próprio PMDB às eventuais alianças eleitorais com outros partidos da oposição e, por outro lado, vê com otimismo a perspectiva de que o partido tenha de caminhar sozinho nas eleições.

O CAMINHO

"Se o regime em 1964 foi montado, exatamente para impedir o avanço popular e o avanço das conquistas populares nacionais; se ele hoje continua, vivendo em função disso, a nossa grande mensagem, aquela que nos colocará como pólo oposto ao regime, será a de denunciar isso como um crime continuado contra os interesses populares. Será mostrar com absoluta clareza, a cada instante, que nós não nos opomos meramente aos erros administrativos, à falácia, à incompetência de um governo, mas, principalmente, ao



autoritarismo exacerbado na sua inteira configuração".

Essa, a proposta de Almino Afonso, que continua: "Ou mostramos que somos contra o regime por inteiro e demonstramos, inclusive, que cada um dos problemas econômicos e sociais com que o País hoje se debate tem o seu fundamento, a sua causa básica, no regime autoritário que aí está, e que não há de ser pela mudança de "A" ou "B", ao nível do governo, que vamos restaurar a defesa nacional e o interesse popular, senão através de uma Assembleia Nacional Constituinte, que permita ao povo outra vez retomar em suas mãos o poder de decidir, ou então vamos partir para as eleições onde a dinâmica do próprio processo vai se reduzir a debates entre personalidades."

Para isso, para que o PMDB seja identificado como pólo anti-regime, Almino defende que "nós temos que ter, não a palavra doida, não o objetivo solto, não o insulto barato, mas a análise crítica, de profundidade, para demonstrar que todos os males que hoje esmagam o País e vão colocando o povo numa miséria crescente, resultam de um tipo de retine, nascido contra o povo, contra a Nação e em nome desses interesses, mantido". Ele acredita que

isso ocorrer, "a grande aliança dar-se-á, não ao nível das legendas mas ao nível das bases populares".

É essa a aliança que Almino Afonso prega, e insistiu nessa tese no seminário de Joinville: "No instante em que o povo perceber que nós levantamos a bandeira real, a bandeira efetiva, o povo virá, não pela legenda do PMDB como tal, mas pela capacidade de luta, pela mensagem que o partido consiga traduzir, e dar-se-á a inevitável vitória do povo pela sua aliança nas bases".

MUNICIPALIZAÇÃO OU FEDERALIZAÇÃO?

Outro ponto do recente "pacote" que Almino Afonso anteviu nesse seminário realizado no início de outubro, em Joinville, foi o da vinculação dos votos. Preferiu discutir essa questão sob o seu lado político, desprezando o seu aspecto técnico, obviamente desconhecido àquela altura. Ele reconheceu que seria um paradoxo para muitos membros do partido, mas se confessou fascinado pela perspectiva que a vinculação ofereceria: "Porque ao invés da eleição municipal municipalizar a federal, o que vai ocorrer, forçosamente, é que a municipal será federalizada, nacionalizada".

Almino se entusiasmou, em sua conferência, com a perspectiva de dar uma nova dimensão à eleição

municipal e disse que isso será possível no momento em que "nós conseguirmos demonstrar que os problemas a nível do município, um por um, decorrem de medidas de grandes transformações no plano nacional e que, portanto, é a batalha contra o regime que há de permitir, novamente, a restauração democrática no plano municipal, ou seja, a independência econômica, a autonomia política e o fortalecimento financeiro e, mais que isto, a solução para vários problemas que, na essência, dependem do plano federal".

MOBILIZAÇÃO

Para Almino, o País ainda vive um momento de pobreza em termos de mobilização popular. Mesmo as greves ou grandes concentrações operárias do ABC, para ele, constituem ainda um fato isolado e, embora auspicioso, impossível de encarado como um tipo de disposição nacional. No seu entender, "o único fator mobilizador que pode nos tirar do marasmo chama-se processo eleitoral".

O ex-ministro acha que dois fatores foram responsáveis pela ausência do povo nas praças, nas concentrações políticas: os 17 anos de autoritarismo e o advento da televisão, que acabou por criar novos hábitos na população, como já ocorreu na Europa e nos Estados Unidos: "Lá não

existem grandes concentrações em épocas eleitorais porque a televisão passou a exercer um papel mobilizador de tal ordem que a presença passou a ser uma coisa do passado". Comparando com o Brasil, ele lembrou que "numa cidade menor a concentração em praça pública ainda se faz, mas podem notar que na cidade maior é cada vez mais difícil esta concentração".

Depois de enfatizar essa dificuldade, Almino pergunta como superar esse problema, "já que nós precisamos da mobilização do povo, que é a única força real que podemos ter para contrastar com a força institucional e armada que aí está respaldando o regime autoritário". Ele mesmo responde: através do processo eleitoral.

Nesse sentido ele defende o lançamento imediato do maior número de candidatos do PMDB, como caminho para "criar uma enorme ebulição política" e permitir um amplo debate sobre os problemas nacionais: "Na medida em que isso se torne uma realidade, os outros partidos forçosamente vão ter de correr atrás, porque não podem deixar o campo livre. O processo eleitoral se tornará provavelmente irreversível, não porque o regime o consagre, senão porque o povo o consolidou".